

CORREIO JURÍDICO

POR MARTHA IMENES



Ministro Flávio Dino encerrou o Conbrascom

Conbrascom: ministro pontua desafios da comunicação

Profissionais da comunicação de diversas instituições do país participaram, na última sexta-feira, do último dia da 19ª edição do Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça (Conbrascom), realizado em São Luís (MA).

No encerramento, durante a fala sobre "Desafios atuais para a Justiça no Brasil", o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, destacou que

o maior desafio atual da comunicação institucional não está mais na forma, mas no conteúdo.

"Comunicar não é apenas responder demandas ou produzir pautas. A questão central, que vai além das assessorias e envolve todos os membros das instituições, é: o que, afinal, temos a dizer diante do barulho ensurdecedor que hoje se forma em torno da Justiça?", questionou o ministro.

Propostas

1) Afirmar e comunicar, diariamente, a legitimidade institucional com exemplos práticos e acessíveis, capazes de competir com o encantamento promovido pelo discurso de ódio;

2) Manter firmeza institucional com transparência, sem omissão, mesmo em tempos de crise, reafir-

mando o compromisso público de quem escolheu servir à sociedade;

3) Defender valores inegociáveis, como o constitucionismo social, a proteção dos mais pobres e o enfrentamento das desigualdades — princípios que devem orientar toda atuação institucional e política de comunicação.

Presenças

Além do ministro do Supremo, estiveram presentes o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José de Ribamar

Froz Sobrinho e a presidente do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), Débora Diniz, entre outras personalidades.



Palestra da filósofa e escritora Djamila Ribeiro

Palestra magna tratou de equidade racial e de gênero

A palestra magna da filósofa, escritora e ativista Djamila Ribeiro arrancou aplausos do público. Reconhecida como uma das mulheres mais influentes do mundo, Djamila é colunista da Folha de S. Paulo e coordena a coleção Feminismos Plurais. Ela destacou a importância da comunicação na construção de políticas públicas voltadas à equidade

racial e de gênero. Além de ressaltar a importância de uma abordagem humanizada.

"A comunicação é uma área-chave, sobretudo quando se trata da atuação de tribunais, por exemplo. É por meio da comunicação que conseguimos fazer com que as pessoas identifiquem situações de violência, compreendam seus direitos", disse.

Crise corrói a Democracia

Agosto de 2025 inaugura mais um capítulo da já avançada crise de confiança que corrói a Democracia e a moralidade institucional no Brasil. Diante da nova onda de taxações e impulsionadas pelo governo dos Estados Unidos e da instabilidade global, o

governo brasileiro acena com medidas econômicas que, mais uma vez, miram os de sempre: consumidores, pequenos empreendedores, servidores públicos, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

'Pacotão fiscal'

"Sem força política para negociar com o cenário internacional, a conta sobra, como sempre, para os cidadãos comuns. O 'pacotão fiscal' em discussão ameaça empurrar milhões de brasileiros para o colapso financeiro. O cenário é de

sufocamento: aumento de tributos, deterioração dos serviços", avalia a advogada Luciana Gouvêa, especialista em Proteção Legal Patrimonial e Proteção Ética e Legal Empresarial, do escritório Gouvêa Advogados Associados.

O PORTO DE SUAREZ - III

Empresa controlada por Carlos Suarez continua descumprindo decisão do STJ

O diretor estatutário da CDC, Gabriel Suarez, e os outros dois diretores podem responder pela ocupação e intervenções na área portuária

Por Cláudio Magnavita*

Três decisões do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que impediam a posse da área portuária de Ponta da Laje pela Prefeitura de Candeias, estão sendo descumpridas ao arripio da determinação da Corte Superior. A ocupação está em curso, como comprovam os registros fotográficos realizados neste sábado, 9 de agosto, com embarcações atracadas no cais, máquinas escavadeiras, caçambas e carros, além de dezenas de operários no terreno protegido por duas decisões dos ministros Francisco Falcão e Luis Felipe Salomão, além do próprio presidente da corte, ministro Herman Benjamin.

Os responsáveis legais pela ocupação são os três diretores estatutários da CDC - Companhia Docas de Candeias, entre eles o filho do acionista majoritário da Bahia Terminais (controladora de 90% do capital da CDC), Gabriel Soares Suarez. Com apenas 38 anos, o rapaz não participou das confusões que envolveram a Construtora OAS, da qual Carlos foi fundador, e nem as do seu tio Mário Suarez, que esteve preso em operação da Lava Jato. É a primeira vez que o nome de Gabriel surge envolvendo um negócio nebuloso e que desrespeita decisões da justiça.

Ele foi eleito diretor estatutário em reunião do Conselho da Administração da CDC em 14 de maio de 2025, ao lado de Carlos Antônio Ibiapina Junior e Walter Nunes Seijo Filho, conforme registro na junta Comercial da Bahia sob o nº 98643458 em 11/06/2025 Protocolo 258359897 de 30/05/2025.

O papel de Gabriel Suarez é duplo. diretor Estatutário da CDC e acionista da holding familiar que controla as empresas do seu pai, Carlos Seabra Suarez.

Para compreender o tamanho



Gabriel Suarez, envolvido na confusão da CDC que foi denunciada ao MPF e PF

do problema que o rapaz está envolvido, é preciso compreender que a área invadida, hoje sob gestão da massa falida da GDK, foi avaliada em proposto de autos de falência por R\$ 286 milhões e também dada como garantia a empréstimo do Banco do Nordeste por R\$ 148 milhões. Os dois cenários são bem distantes da desapropriação promovida pela Prefeitura de Candeias por apenas R\$ 3 milhões, valor inicialmente validado pela justiça baiana, que aceitou o depósito da prefeitura. A desapropriação foi contestada no STJ, que, em três decisões, proibiu a posse do imóvel pela prefeitura e o repasse do valor para a massa falida, levando a discussão para a justiça federal. Apesar da decisão do ministro Falcão, a Prefeitura de Candeias integralizou a área como seu capital na formação da CDC, onde ela possui apenas 10% das ações e o grupo de Carlos Seabra Suarez os outros 90%. É neste contexto



Contrariando STJ, área está ocupada. As fotos do último dia 9 de agosto comprovam invasão

que está o escândalo: um ente municipal foi usado para abduzir uma área milionária por valor ínfimo e repassar para seu sócio privado, absolutamente majoritário, em um negócio portuário que se conecta com a expansão da Bahia Terminais do próprio Suarez, fazendo um dos maiores hubs privados no Porto de Aratu.

A invasão do imóvel ocorreu no dia 17 de julho pela Prefeitura de Candeias, através da CDC, quando foi desatracada uma balsa de 201 toneladas e deixada à deriva no canal. O administrador judicial da massa falida, Rodrigo Accioly, sócio da Castro Oliveira Advogados, confirma em petição à juíza Marcela Bastos Barbalho da Silva, da 2ª Vara Empresarial de Salvador, no dia 25 de julho passado, a posse da área pela Prefeitura de Candeias e solicitava que seja autorizada a reintegração da área à massa falida por decisão judicial e contesta o valor da desapropriação,

para honrar a decisão do STJ. Passados 15 dias, a petição ainda não foi despachada.

A ocupação da área pela Prefeitura de Candeias foi vetada pelo ministro Luis Felipe Salomão no último dia 16 de julho em despacho e, em menos de 24 horas, a área foi invadida para consumir a ocupação antes da notificação e publicação da decisão. Foi nesta data que a balsa foi desatracada e deixada à deriva. A Marinha abriu inquérito para apurar o risco à navegação. Também o Correio da Manhã publicou, na edição de 7 de agosto de 2025, que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal receberam denúncias contra a criação da CDC, já que um dos diretores da empresa é irmão do ex-prefeito Pitágoras, que realizou a desapropriação de área incorporada ao capital da empresa.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

No Dia do Advogado, a reafirmação da Democracia

O advogado é peça fundamental para a promoção da justiça

Por Martha Imenes

A semana começa com comemoração: 11 de agosto é o Dia do Advogado, peça fundamental para a promoção da justiça, defesa dos direitos — mesmo que isso represente enfrentar o poder ou a opinião pública — e, por fim, o fortalecimento e a proteção do Estado Democrático de Direito, tão atacado nos

últimos anos no Brasil.

O Correio da Manhã conversou com os advogados João Daniel Silva, presidente da Associação Brasileira de Juristas Conservadores (Abrajuc), e com o advogado Marco Aurélio de Carvalho, fundador da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD).

Para o presidente da Abrajuc, o "Dia do Advogado é mais

que um lembrete, na verdade, trata-se de convite à reflexão da importância na advocacia no seio da sociedade brasileira".

É recomenda aos colegas: "Observem sempre as leis, e nunca se esqueçam que somos todos mordomos de todo um povo. E nunca percam de vista a humildade e boas virtudes, como o altruísmo e a coerência jurídica, pois o Direito é, antes

de tudo, bom senso", finaliza.

Para Marcos Aurélio, além do Dia do Advogado (e da Advocacia), é comemorado o Dia da Democracia.

"Como a própria Constituição Federal diz: o advogado é essencial à justiça e a justiça é o pilar fundamental de todo e qualquer Estado de Direito, de toda e qualquer Democracia moderna no mundo", afirma.

O Estado Democrático de Direito e a tensão institucional no Brasil

O Brasil vem passando por uma série de tensões institucionais nos últimos anos que, segundo advogados, ameaçam o Estado Democrático de Direito. Entre eles estão o impeachment da presidente Dilma Rousseff (2015), a prisão do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018, o ataque às sedes dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023; e explosão de bombas perto do Supremo

Tribunal Federal (STF), em Brasília, em novembro de 2024. O caso está no STF sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Os dois especialistas avaliam que o Brasil passa por um movimento que chama de "ativismo judicial". Segundo o presidente da Abrajuc, esse ativismo culmina em "juristocracia".

Ele diz que "esse emaranhado é perigoso, pois esbarra no bom

funcionamento das instituições da República, inclusive na própria Democracia, que está acima de todos".

De acordo com ele, o caminho para se evitar os excessos e os extremos é simples: "trata-se da autocontenção, que nada mais é que a própria humildade e serenidade em reconhecer cada qual o seu lugar e respeitar os limites e prerrogativas dos outros".

Já o advogado Marco Aurélio

de Carvalho destaca o papel da advocacia nesse contexto.

"A nossa jovem Democracia é constantemente ameaçada por grupos que querem saídas que não são exatamente 'Republicanas', saídas que não estão dentro das quatro linhas do que estabelece a Constituição. Os advogados têm tido um papel de protagonismo ao conter esses ataques e excessos", afirma.